



IBGE: mulheres ganham menos que homens mesmo sendo maioria com ensino superior

Mesmo em número maior entre as pessoas com ensino superior completo, as mulheres ainda enfrentam desigualdade no mercado de trabalho em relação aos homens

Alana Gandra/Agência Brasil

Essa disparidade se manifesta em outras áreas, além do item educação. É o que comprova o estudo Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil, divulgado ontem (7) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Tomando por base a população de 25 anos ou mais de idade com ensino superior completo em 2016, as mulheres somam 23,5%, e os homens, 20,7%. Quando se comparam os dados com homens e mulheres de cor preta ou parda, os percentuais são bastante inferiores: 7% entre os homens e 10,4% entre mulheres. Em relação ao rendimento habitual médio mensal de todos os trabalhos e razão de rendimentos, por sexo, entre 2012 e 2016, as mulheres ganham, em média, 75% do que os homens ganham. Isso significa que as mulheres têm rendimento habitual médio mensal de todos os trabalhos no valor de R\$ 1.764, enquanto os homens, R\$ 2.306.

A economista Betina Fresneda, analista da Gerência de Indicadores Sociais do IBGE explica que os resultados educacionais não se refletem necessariamente no mercado de trabalho. As mulheres, por terem nível de instrução maior do que os homens, não deveriam ganhar o mesmo salário, em média, deles. “Deveriam estar ganhando mais, porque a principal variável que explica o salário é educação. Você não só não tem um salário médio por hora maior, como na verdade essa proporção é menor”.

Também a taxa de frequência escolar líquida ajustada no ensino médio em 2016 exibe maior percentual de mulheres (73,5%) que de homens (63,2%). A média Brasil atingiu 68,2%. Estudos mostram que o ambiente escolar é mais adequado ao tipo de criação dado às meninas, em que se premia a disciplina, por exemplo, disse a analista. “Outros estudos mostram que, a partir do ensino médio, por exemplo, os homens começam a conciliar mais estudo e trabalho do que as mulheres. Diversos fatores que estão associados a papéis de gênero”.

Em termos de rendimentos, vida pública e tomada de decisão, a mulher brasileira ainda se encontra em patamar inferior ao do homem, bem como no tempo dedicado a cuidados de pessoas ou afazeres domésticos. A pesquisa confirma ainda a desigualdade existente entre mulheres brancas e negras ou pardas. As mulheres brancas alcançam superior completo em proporção duas

vezes maior que as pretas ou pardas. “Então, existe um efeito também da cor da pessoa na chance de concluir o ensino superior”, destacou a economista.

Estruturas econômicas

O tempo dedicado aos cuidados de pessoas ou a afazeres domésticos é maior entre as mulheres (18,1 horas por semana), do que entre os homens (10,5 horas por semana). Na média Brasil, são dedicadas por homens e mulheres 14,1 horas por semana a esse tipo de trabalho. Para a pesquisadora do IBGE, Caroline Santos, esse indicador é importante porque dá visibilidade a um trabalho não remunerado, que é executado pelas mulheres, dentro de casa. E tem pouca visibilidade. Por regiões, verifica-se que no Nordeste, as mulheres dedicam um número maior de horas a cuidados, nesse tipo de atividade (19 horas por semana, contra 10,5 horas semanais dos homens).



Mulheres enfrentam desigualdades no mercado de trabalho em relação aos homens.

Caroline destacou que por cor ou raça existe o agravante histórico, característico da formação do país, em que as mulheres pretas ou pardas se dedicam mais a esse tipo de trabalho não remunerado. De acordo com o estudo, as mulheres pretas ou pardas dedicam 18,6 horas semanais para cuidados de pessoas ou afazeres domésticos, contra 17,7 horas entre as mulheres brancas. A dupla jornada fica nítida para as mulheres quando elas têm que se dividir entre os afazeres domésticos e o trabalho pago. Isso faz com que elas sejam obrigadas a aceitar, em alguns casos, trabalhos mais precários, afirmou Caroline. Por cor ou raça, 31,3% das mulheres pretas ou pardas estão no trabalho por tempo parcial, ante 25% de mulheres brancas.

Representatividade

As mulheres são sub-representadas em várias áreas, não só na vida política, como no Congresso e cargos ministeriais, mas também nos cargos gerenciais, nos



cargos públicos e privados e na instituição policial. O Brasil está mal posicionado no ranking de países que informaram à organização Inter-Parliamentary Union o percentual de cadeiras em suas câmaras de deputados ocupadas por mulheres em exercício. Em dezembro de 2017, o Brasil ocupou a 152ª posição entre 190 países, com 10,5%, atrás de nações com histórico de violência contra a mulher, inclusive. Na comparação mundial, o Brasil mostra o pior resultado entre os países sul-americanos.

As mulheres estão em desigualdade com os homens no que se refere aos cargos gerenciais, tanto no setor público quanto no privado. Considerando cargos gerenciais por sexo, segundo os grupos de idade e cor ou raça, 62,2% dos homens ocupavam cargos gerenciais, em 2016, contra 37,8% das mulheres. Nas faixas etárias mais jovens, entre 16 a 29 anos de idade, em especial, as mulheres apresentam melhor desempenho: 43,4% contra 56,6% de homens.

A participação de mulheres no efetivo das polícias civil e militar no Brasil é um indicador importante para avaliar a representatividade da mulher e também está associada à política nacional contra a violência contra a mulher. A lei prevê que a mulher vítima de violência seja atendida, preferencialmente, por policiais do sexo feminino. Mas ainda é pequena a participação feminina nas duas corporações. Em 31 de dezembro de 2013, as mulheres representavam 13,4% do efetivo ativo das polícias militares e civis no país. No total Brasil, a proporção de mulheres no efetivo das polícias civis dos estados brasileiros atingia 26,4%, em dezembro de 2013, enquanto a participação nas polícias militares era de 9,8%.

Na Europa, mulheres recebem 16% menos do que os homens

As mulheres na União Europeia recebem 16,2% menos do que os homens. Ontem (7), véspera do Dia Internacional da Mulher, o Escritório de Estatística da UE (Eurostat) divulgou estudo que aponta as particularidades da desigualdade salarial na Europa. As estimativas remetem ao ano de 2016 e mostram que, a cada euro recebido por um homem na União Europeia (UE), as mulheres ganhavam cerca de 84 centavos.

Mas as disparidades variam muito entre os estados-membros, sendo de aproximadamente 5% na Romênia e chegando a mais de 25% na Estônia. Entre os países que registraram disparidades salariais abaixo dos 10%, estão a Romênia (5,2%), Itália (5,3%), Luxemburgo (5,5%), Bélgica (6,1%), Polônia (7,2%),

Eslovênia (7,8%) e Croácia (8,7%, dados de 2014). Por outro lado, os países com desigualdades superiores a 20% são Estônia (25,3%), República Tcheca (21,8%), Alemanha (21,5%), Reino Unido (21,0%) e Áustria (20,1%).

Quando comparados os dados de 2011 e 2016, as disparidades salariais entre homens e mulheres diminuíram na maioria dos estados-membros da UE. As reduções mais notáveis foram registradas na Romênia (-4,4 pontos percentuais), Hungria (-4,0 pp), Espanha e Áustria (ambos -3,4 pp), Bélgica (-3,3 pp) e na Holanda (-3,0 pp). Se considerada a média da UE, a redução foi de 16,8% em 2011 para 16,2%, em 2016. No entanto, o fosso salarial piorou em Portugal (+4,6 pp) e na Eslovênia (+4,5 pp) (ABr).



O Brasil ocupa a 152ª posição entre 190 países, em relação ao percentual de cadeiras em suas câmaras de deputados ocupadas por mulheres em exercício.